

**EXTRATO DE CONVÊNIO 2010****Convênio Nº 045/2010.**

**Partes:** Município de Ponta Porã – MS e Associação Centro Espírita Caboclo Ubirajara.

**Representante das Partes:** Flávio Kayatt e o Sr. Robson Cristovão Nascimento Pedrozo.

**Objeto:** aquisição de materiais para construção, com o objetivo de reformar o prédio do Centro Espírita, conforme plano de trabalho constante no processo administrativo nº 16.379/2010 e Parecer S.M.A.J nº 2464/2010.

**Valor:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais) dividido em 02 parcelas mensais de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

**Vigência:** 01 (um) meses

**Dotação Orçamentária:** 04.04.01.04.121.0003.1.122.3.3.90.39 – Secretaria de Fazenda e Planejamento

**Fundamento Legal:** Lei Federal nº 8666/93, processo administrativo nº 16.379/2010 e Parecer S.M.A.J nº 2464/2010

**Data da Assinatura:** 06.12.2010

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 2010****Contrato nº 244/2010.**

**Partes:** Município de Ponta Porã e Clodoaldo Teixeira de Araújo – ME

**Representante das Partes:** o Sr. Flávio Kayatt e o Clodoaldo Teixeira de Araújo

**Objeto:** contratação de empresa objetivando a execução dos serviços de construção de 01 (um) ponto de táxi no terminal de transporte rodoviário no Município de Ponta Porã/MS, conforme projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, que fazem parte deste edital, conforme processo administrativo nº 15293/2010, convite nº 040/2010.

**Valor:** R\$ 43.103,79 (quarenta e três mil cento e três reais e setenta e nove centavos)

**Vigência:** 06 (seis) meses

**Dotação Orçamentária:** 07.07.01.04.122.0006.1.009.4.4.90.51 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura

**Fundamento legal:** Lei Federal nº 8.666/93, Convite nº 040/2010.

**Data da assinatura:** 24.11.2010.

**Contrato nº 247/2010.**

**Partes:** Município de Ponta Porã e Milan & Milan Ltda

**Representante das Partes:** o Sr. Flávio Kayatt e Milton Milan Neto

**Objeto:** aquisição de computadores para atender o programa Creas, sendo dividido em lote de materiais e equipamentos nas quantidades, especificações e valores constantes na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
06	Computador completo 02 giga de memória DDR 2; HD 320; Monitor 15 polegadas; processador Dual Core; Kit Gabinete	06	949,00	5.694,00
TOTAL				5.694,00

**Valor:** R\$ 5.694,00 (cinco mil seiscentos e noventa e quatro reais)

**Vigência:** 02 (dois) meses

**Dotação Orçamentária:** Unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho

**Dotação orçamentária:** 08.08.02.08.243.0014.2.043.4.4.90.52

**Fundamento legal:** Lei Federal nº 8.666/93, Pregão Presencial nº 063/2010.

**Data da assinatura:** 06.12.2010.

Flavio Kayatt  
Prefeito Municipal

**Leis**

**Lei Complementar nº. 68, de 08 de dezembro de 2010.**

“Altera a Lei Complementar n. 27/2006, que modifica, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Complementar nº 016, de 02 de julho de 2004, que aprova o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã, dispõe sobre seu Regime Jurídico; e a Lei Complementar n. 28/2006, que modifica, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Complementar n. 17, de 02 de julho de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Ponta Porã – PCR-PORÃ e dá outras providências”.

**Autoria: Poder Executivo**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - A Lei Complementar nº 27, de 04 de janeiro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26** Estágio probatório é o período de efetivo exercício do servidor no cargo para o qual foi aprovado em concurso público, durante o qual são apurados os requisitos necessários à sua confirmação no serviço público municipal.

§ 1º - As avaliações no estágio probatório terão periodicidade anual e estarão submetidas à homologação do dirigente superior do órgão ou entidade, conforme regulamento previsto em Decreto Municipal.” (NR)

“**Art. 28** O servidor será avaliado anualmente, durante o período do estágio probatório e o resultado será apurado por comissão, composta por no mínimo 03 (três) servidores efetivos, segundo os critérios regulamentados em Decreto Municipal.” (NR)

**Art. 2º** A Lei Complementar nº 28, de 04 de janeiro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 21** O servidor nomeado em virtude de aprovação em concurso público permanecerá em estágio probatório durante 03 (três) anos, não podendo se afastar, durante esse período, do exercício das atribuições do cargo.

§ 1º - [...]

§ 2º - Os critérios para avaliação do servidor em estágio probatório serão definidos por Decreto Municipal.” (NR)

**Art. 27** Revogado.

**Art. 28** Revogado.

**Art. 29** Revogado.

**Art. 30** Revogado.

**Art. 31** Revogado.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponta Porã, MS, 08 de dezembro de 2010.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

**Lei nº 3744, de 08 de dezembro de 2010.**

“Dispõe sobre a autorização para permuta de imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã, MS, e dá outras providências”.

**Autor: Poder Executivo**

**FLÁVIO KAYATT**, Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Orgânica do Município, bem como levando-se em consideração o preconizado no artigo 17 da Lei Federal n. 8.666/93, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a permuta total ou parcial de imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a

matrícula n. 41.359, determinado pela área “C”, medindo 68,20 x 96,97 x 104,00m, com área total de 3.546,40m², localizado no centro desta cidade, situado do lado ímpar da Rua Jorge Roberto Salomão esquina com a Rua Ismal, com as seguintes confrontações: ao Norte, com a Rua Ismal, medindo 96,97m; ao Sul, com a área B, medindo 104,00m; a Leste, com a Rua Jorge Roberto Salomão, medindo 68,20m, e a Oeste, com vértice do triângulo, pela área de propriedade da Televisão Cidade Modelo Ltda, com área de 1.781,26m², localizada entre a Travessa Salvador F. de Deus e a Rua Gal. Alberto M. Lima, com as seguintes confrontações: ao Norte, com a Travessa Salvador F. de Deus, medindo 52,70m; ao Sul, com a Rua Gal. Alberto M. Lima, medindo 52,70m; ao Leste, com área do I.B.C ou quem de direito e com área da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, medindo 33,80m e a Oeste, com área da Sanesul, medindo 33,80m, registrada sob o título definitivo de domínio n. 2.683 de 09 de novembro de 1994.

**Art. 2º** - A área a ser adquirida pelo Município de Ponta Porã, será destinada à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A – SANESUL, para instalação de um reservatório de água tratada.

**Art. 3º** - Em caso de divergência entre os preços dos imóveis descritos no artigo 1º, verificados em avaliação administrativa, será o proprietário do imóvel de maior valor, ou o órgão legalmente responsável pela administração do bem, ressarcido pela diferença encontrada.

**Art. 4º** - Para viabilizar a permuta, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, MS, 08 de dezembro de 2010.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

**Lei nº. 3746, de 08 de dezembro de 2010.**

***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar o imóvel que especifica aos moradores do assentamento urbano, denominado Che Rogami no Município de Ponta Porã/MS e dá outras providências.”***

**Autor: Poder Executivo**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar o imóvel oriundo do protocolo de intenções, celebrado entre a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Ponta Porã, advindo da extinta Rede Ferroviária Federal, com as seguintes dimensões: Área “C” com área de 18.711,69m² (dezoito mil, setecentos e onze metros e sessenta e nove centímetros quadrados), com os seguintes limites: partindo do Marco 01, cravado no alinhamento da Rua Ismal (antiga 12 de outubro), segue pelo alinhamento da referida rua, com rumo de 65°23'SE e 257,62m de distância até o Marco 02, cravado no alinhamento da referida rua, deste marco segue dividindo com a Área C-1, com rumo 24°37'SW e 72,70m de distância até o Marco 03, cravado na divisa da Área J, deste marco, segue dividindo com a referida área, com rumo 67°12'09'NW e 65,48m de distância até o Marco 04, deste marco segue ainda dividindo com Área J, com rumo de 63°57'40'NW e 191,88m de distância até o Marco 05, cravado na divisa da Área B, deste marco segue dividindo com a referida área com rumo de 24°37'NE e 70,01m de distância até o Marco 01, ponto de partida, perfazendo uma área de 18.711,69m², com as seguintes confrontações: ao leste com a área “C-1”, medindo 65,48m e 191,88m; ao leste, com a área “C-1”, medindo 72,70m; ao oeste, com área “B”, medindo 70,01m.

**Art. 2º.** O Município de Ponta Porã, implantará na área cedida, após a liberação do imóvel do fundo de contingenciamento da União, o assentamento urbano, denominado Che Rogami às famílias de baixa renda residentes no local.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação e a titulação às famílias de baixa renda residentes no local, o imóvel será desmembrado e individualizado, após levantamento circunstanciado realizado pelo Município de Ponta Porã/MS.

**Art. 4º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã/MS, 08 de dezembro de 2010.

Flavio Kayatt  
Prefeito Municipal

**Lei nº. 3747, de 08 de dezembro de 2010.**

***“Dispõe sobre a doação de área que especifica a Empresa Amidos Ponta Porã Ltda., e dá outras providências”***

**Autor: Poder Executivo**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado doar a Empresa Amidos Ponta Porã Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.052.578/0001-01, área total de 19 has e 7639,85m², localizada na região de Porteira Ortiz, sob as matrículas nºs. 215 e 579 do Cartório de Imóveis do Município de Ponta Porã, com os seguintes limites:

I – Matrícula 215, área de 13 ha e 3.000m², com as seguintes confrontações: ao norte, com terras devolutas com uma linha 182,20 metros; ao sul, com terras requeridas por Allan Prentices Maschinsky, com uma linha de 157,50 metros; ao leste, com terras de propriedade armadas, com uma linha de 453m; a oeste, com corredor internacional, com uma linha de 362,50m e;

II – Matrícula 579, área de 6ha e 4.639m², com as seguintes confrontações: imóvel denominado Chácara III, localizado na zona urbana desta cidade, cadastrado junto ao Incra, conforme certificado nº 913 154 013 463 – área total 6,6 – área explorável 5,6 – módulo 55,0, módulo 0,10 – fração mínima de parcelamento 6,6.

**Art. 2º.** A área a ser doada pelo Município de Ponta Porã, destinar-se-á à construção do complexo industrial da Empresa Amidos Ponta Porã Ltda.

**Art. 3º.** Para viabilizar a doação, o imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã fica desafetado de sua destinação original.

**Art. 4º.** Deverá constar, obrigatoriamente, na escritura pública e no Registro Imobiliário que a doação é efetivada observando as seguintes condições:

I – A donatária fica obrigada a destinar a área objeto da presente doação exclusivamente para execução da atividade constante no artigo 2º desta Lei.

II – A donatário não poderá, sem anuência expressa do doador, ceder ou transferir os direitos sobre a área objeto desta Lei.

III – A donatária poderá gravar o imóvel doado com quaisquer ônus reais para fins de financiamento, objetivando a reforma e/ou a expansão do empreendimento.

**Parágrafo único** – O descumprimento de qualquer obrigação relacionada na presente implicará na reversão da doação sem direito de qualquer indenização ao donatário, seja a que título for.

**Art. 5º.** Eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento em vigor.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da transmissão correrão por conta do donatário.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 8 de dezembro de 2010.

Flavio Kayatt  
Prefeito Municipal